

# **Para além das fronteiras físicas: apontamentos acerca da imigração haitiana para o Oeste do Paraná**

## **Beyond physical borders: notes on haitian migration to western Paraná**

**Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**

Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Vinculada à Linha de Pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais. E-mail: joohieda@hotmail.com.

**Resumo:** Neste texto busco discutir a imigração haitiana para o Brasil, em específico no Oeste do Paraná, a partir de entrevistas realizadas com estes imigrantes e demais bibliografias de pesquisadores que se dedicam a este tema. Proponho analisar que (i) para além das fronteiras físicas ultrapassadas pelos haitianos para que chegassem até o Brasil, há também (ii) as fronteiras do imaginário popular que mesmo após anos da imigração haitiana para o Brasil, parte da população brasileira insiste em lidar com os imigrantes como “os outros”. Deste modo, busco sintetizar alguns dos aspectos vivenciados pelos haitianos durante o processo de emigração do Haiti, as dificuldades do trajeto até a chegada no Acre e por fim, suas experiências de trabalho no Oeste do Paraná.

**Palavras-chave:** Imigrantes; Trabalho; Fronteiras; História Oral.

**Abstract:** In this text, the search discusses a Haitian migration to Brazil, in western Paraná, from interviews with these immigrants and other bibliographies of researchers who have a dedicated theme. Proposed to analyze (i) beyond the borders surpassed by haitians arriving to Brazil, there are also (ii) the frontiers of the popular imagination that even after year of haitian migration to Brazil, part of the brazilian population insists on dealing with immigrants as “the others”. In this way, the search synthesizes some of the aspects experienced by haitians during the processo of migration from Haiti, such as the difficulties to reach until the arrival in Acre and the end, their work experiences in Western Paraná.

**Keyword:** Immigrants; Work; Frontiers; Oral history.

## Apresentação

Em janeiro de 2010 o terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter afetou cerca de 3 milhões de haitianos, milhares de pessoas ficaram feridas enquanto presenciavam parte de seus familiares mortos. Em 2018, passados oito anos da tragédia sísmica, quando entrevistei Jean<sup>1</sup>, me disse “minha família que está no Haiti ainda vive sobre os destroços que o terremoto causou”. Partindo da narrativa de Jean, seria evidente afirmar que sua imigração foi consequência do terremoto. No entanto, ao longo da entrevista com este e demais haitianos, compreendi que antes do terremoto, já existiam outros motivos pelos quais a imigração era compreendida como uma saída, entre eles, o principal: a luta pela sobrevivência.

O Haiti ocupa a posição 168º de 187º no Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, é um dos lugares mais pobres do mundo (Exame, 2015)<sup>2</sup>. Quase 60% dos 10,5 milhões de haitianos vivem abaixo da linha da pobreza. Conforme escreveu Coggiola (2010) a maioria das famílias sobrevive com menos de dois dólares por dia, e 24% das pessoas sobrevivem na extrema miséria.

Além disso, Calegari (2014) discutiu em sua dissertação, que o salário pago pela Codevi- uma indústria têxtil – a um trabalhador com cargo superior ao da linha de produção, era o equivalente à U\$24 dólares semanais, tal informação corresponde ao ano de 2014 que foi o ano em que Calegari escreveu seu trabalho. Este salário contabilizado em dólares para o real, daria R\$252,48 reais, (de acordo com o valor do dólar no período). Desde 2010 o salário mínimo no Haiti é de 6500 gourdes, ou seja, a empresa pagava menos do que o salário mínimo mensal para um cargo tido como superior.

Acerca dos gastos, “um prato de comida (com arroz, feijão, peixe, frango ou carne, banana frita ou batata) feito na rua ou em um pequeno restaurante é vendido pelo preço de 100 a 150 gourdes” (CALEGARI, 2014: 97). Se durante o mês, o trabalhador têm 23 dias de trabalho, contabilizaria só de comida 3450 gourdes, restando menos da metade de seu salário para pagar demais gastos como aluguel, parte das demais alimentações, possíveis gastos com saúde, material escolar e uniforme para as crianças (quando matriculadas em escolas públicas) entre demais eventualidades.

No relatório disponibilizado pela Organização Panamericana de Saúde<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Os nomes que utilizo para destacar os entrevistados são fictícios, porém, escolhidos pelos próprios haitianos. Quando os entrevistei, solicitei que escolhessem um pseudônimo haitiano.

<sup>2</sup> <https://exame.abril.com.br/mundo/conheca-melhor-o-haiti-pais-mais-pobre-das-americas/>

<sup>3</sup> Intitulado Sociedades justas: qualidade na saúde e vida digna” de 2018. Disponível em <https://>

consta que 70% da população haitiana ainda corre risco de vida por morar e transitar cotidianamente em espaços que não há saneamento básico.

Neste mesmo documento há apontamentos sobre doenças epidêmicas, das quais não se tem previsão de controle. A miséria foi apresentada como situação corriqueira, da qual tornou-se comum que parte da população do Haiti sobreviva com uma ou nenhuma refeição diária (PAHO, 2018).

Portanto, mediante essas informações e demais como a falta da educação e da saúde garantidas pelo Estado (mesmo constando na Constituição haitiana), fizeram com que Jean, Benjamin, Stephania, Mike, Jack entre tantos outros imigrantes tenham optado por imigrar.

Para este artigo, baseei-me na compreensão defendida por Alistair Thomson de que a utilização da História Oral trata-se de um dos mecanismos mais importantes para o aprofundamento da história dos imigrantes. Em seu texto “Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração”, o autor destaca que a história da migração está interessada nos processos não apenas individuais dos quais os imigrantes vivenciam, pois, ao relatar sobre suas trajetórias, sejam elas: de vida, de emigração, de imigração e de trabalho, retratam também experiências coletivas.

## O trajeto

A decisão em considerar a imigração para o Brasil como escolha não é simples. Muitos desafios e anseios entram em jogo e deixar os familiares no Haiti, sob a expectativa de que aquele que parte consiga ajudá-los financeiramente, é considerado um dos maiores embates.

Ao conversar com os trabalhadores haitianos pude identificar que assim como constam nos textos de outros pesquisadores (MAMED, 2016), (COTINGUIBA, 2014), (BORTOLOTO, 2019), é necessário pensar a imigração para além dos que partiram, mas também sobre os familiares que ficaram no Haiti.

São dois os motivos principais de tal afirmação: o primeiro trata-se de entender que a maioria dos haitianos e haitianas precisaram de auxílio financeiro de seus familiares que em alguns casos como o pai de Jean “vendeu a casa e foi morar na casa do irmão pra me ajudar com a viagem”; ou no caso como o de Mike “meus irmãos tinham imigrado para os Estados Unidos e Canadá e aí me mandaram dinheiro pra vir para o Brasil”; e por segundo, narrado como o pior dos casos, a situação de Lucas “eu tive que recorrer aos *raketès*, não tinha outra possibilidade! No

---

[www.paho.org/hq/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1245:pahopublications&Itemid=1497&lang=en???](http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=1245:pahopublications&Itemid=1497&lang=en???)

Haiti faltava dinheiro até pra comer, como eu ia ter dinheiro pra viajar?”

O contexto narrado por Lucas é complexo, pois, ao entrar em contato com a rede ilegal para organizar sua viagem até o Brasil, precisou deixar os dados de sua esposa disponível com os *raketès*, sem saber se conseguiria quitar sua dívida, Lucas me disse que além do medo se sentia pressionado por saber que a vida de sua esposa corria riscos. Sobre as redes ilegais,

*Raketè* é um sujeito fundamental que age no contexto da *dyaspora*. É alguém contratado ou que se oferece para intermediar o processo de traslado de uma pessoa ou grupo de um país a outro. Um *raketè* sempre cobra por seus serviços e sempre recebe. É uma categoria em ação transnacional. Às vezes, *raketè* é chamado de *ajans*, pode ser uma agência de turismo ou de viagens, ou pessoa que presta serviços burocráticos, trabalha com venda de passagens, câmbio de moedas, agiotagem, serviços consulares para documentação em processos migratórios, emissão de documentos no país, venda de vistos falsos, etc. (CONTINGUIBA, COTINGUIBA, 2016, p.177).

Através da definição proposta por Geraldo e Marília Cotinguiba, em concordância com o relato de Lucas, é possível pontuar que para os trabalhadores haitianos que não possuíam condições financeiras para imigrar, e que mesmo que dedicassem anos de suas vidas não conseguiriam o suficiente, os *raketès* são uma das únicas opções.

Ao contrário da maioria dos outros trabalhadores que entrevistei, Lucas tinha 48 anos, tratava-se de uma exceção segundo a estatística divulgada pelos relatórios da OBMIGRA (Observatório de Migração) de 2014 à 2018, dos quais destacaram que a maioria dos trabalhadores imigrantes haitianos são homens entre 20 à 30 anos.

Lucas mora com sua esposa, seu irmão, sua cunhada e dois sobrinhos na cidade de Cascavel no Paraná. Depois de dois anos que havia imigrado, conseguiu em 2018 trazer sua esposa para o Brasil.

Lucas perdeu seu filho em 2011, mas decidiu imigrar apenas em 2016, pois, além da dificuldade financeira, contou que não tinha possibilidade de sair do lado de sua esposa que havia perdido a vontade de viver quando seu filho morreu. Por isso, a imigração para Lucas e sua esposa, tratava-se de deixar um lugar de memórias tristes e procurar um novo sentido para suas vidas.

“Ainda bem que não vim pro Brasil quando perdi meu filho. Senão, depois de tudo que passei, eu não ia ter aguentado. Muita humilhação, medo e desespero”, relembrou Lucas sobre o trajeto da viagem do Haiti até o Brasil. Quando o entrevistei, ainda pagava parte de sua passagem às agências ilegais, os chamados *raketès*. “Está difícil perder o vínculo”, narrou após ter afirmado que por ter atrasado o pagamento

em alguns meses, o valor cobrado de U\$4000,00 dólares aumentou em vinte por cento.

Conforme já mencionado anteriormente, muitos trabalhadores encaram o sonho de imigrar, mas não possuem condições financeiras de pagar o custo que a viagem exige, assim como Lucas, há aqueles que procuram o sistema de agiotagem e então, se endividam entre U\$3000 à U\$6000 dólares norte-americanos (MARTINS, 2014: 9).

O objetivo principal de Lucas era o de trazer sua esposa para o Brasil, no entanto, também se responsabilizou em enviar dinheiro mensalmente para auxiliar seus pais. Contou-me que para não deixar de enviar dinheiro para seus familiares, optou por dever aos agiotas que haviam financiado sua viagem. Por conta disso, sua esposa precisou fugir da perseguição dos *raketès* que constantemente a ameaçavam.

O processo narrado por Lucas da compra da viagem de modo ilegal foi narrado por demais trabalhadores que entrevistei que imigraram desde 2011. O que fez com que em 2012 a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) solicitasse à ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) a investigação das ações dos famosos “coiotes” que atuavam desde a saída no Haiti, até a chegada dos haitianos tanto pelo Acre quanto pela Amazônia.

Desde o Haiti, Lucas era o responsável pela fonte de renda de sua família. Por isso, não havia como juntar dinheiro para imigrar, contou que já sabia das constantes ameaças que os *raketès* faziam aos familiares que permaneciam no Haiti, mas relembrou que não havia opções.

A presença do medo foi constante nas entrevistas em tratar deste assunto, até mesmo aqueles como Benjamin em que afirmaram não ter recorrido aos coiotes para organizar a viagem. O que condiz com o que escreveu Mamed de que “havia notável receio da parte deles em falar sobre a organização da viagem, os agentes contratados, os pagamentos realizados e a experiência da trajetória em si” (MAMED, 2016a: 81).

“Há casos de haitianos que a família perdeu até a casa no Haiti por causa desses empréstimos”, lembrou Lucas, que mesmo em 2016 quando já sabia acerca das rotas indicadas pelos *raketès* que são vistas como “as mais perigosas”, pelo fato de que condiciona os imigrantes a viajar à margem de países como Equador e Peru ilegalmente até chegar ao Brasil, optou por recorrer a esse mecanismo.

Não foi uma escolha inconsequente de Lucas, ele sabia dos riscos, acima de tudo, foi a única opção que lhe pareceu viável para reconquistar para si e para sua esposa, novos meios para sobreviver.

Além disso, demais imigrantes como Benjamin, narraram que o sistema de agiotagem é tão presente durante o trajeto que mesmo decidindo não recorrer a este

mecanismo, acabam se tornando vítimas dele.

Benjamin me contou que depois de mais de vinte dias no Equador sem conseguir retirar o visto para o Brasil, foi avisado pelos demais haitianos que lá estavam que haviam apenas duas opções: a primeira tratava-se de comprar um lugar na fila com um *raketè*, dessa forma o visto seria entregue em poucos dias; ou, seguir viagem à margem pelo Peru até chegar no Brasil e solicitar o visto humanitário no Acre.

Benjamin que não tinha dinheiro o suficiente para oferecer aos *raketès* decidiu seguir viagem com um grupo de haitianos que havia conhecido durante o trajeto até o Equador. Optaram pelo caminho até o Peru, mesmo sabendo das dificuldades que os esperavam, “na verdade eu sabia que era um caminho cheio de problemas, mas só quem vive realmente pode contar o que a gente passa”. Benjamin continuou dizendo que “decidimos que ia sair mais rápido e quase o mesmo preço se a gente fosse com um carro fretado. E era melhor ir pela zona rural já que na cidade tem possibilidade de proibirem a gente de seguir viagem”. Importante mencionar que neste momento em que Benjamin seguiu do Equador ao Peru, até chegar ao Brasil, correu sérios riscos, afinal, não possuía documentação que o legalizasse nesses países.

Conforme pontuou Mamed (2016), na cidade peruana de Tumbes havia um posto policial localizado entre o Equador e o Peru, e que muitos imigrantes, principalmente através de coiotes, visavam evitar. Por isso, Benjamin narrou a dificuldade dos caminhos escolhidos e o medo que havia de encontrar a polícia.

Benjamin continuou o relato dizendo que “quando a gente chegou na cidade de Trujillo no Peru né? O cara do carro disse que como a gente era em nove pessoas, ia cobrar mais caro. Eu tinha dinheiro pra pagar minha parte, mas tinha outros que não tinham mais”. De Trujillo até Lima dá cerca de 550 km de distância e cerca de oito horas e vinte minutos de carro. No entanto, quando pesquisei no *Google* o percurso deste caminho andando a pé, aumentou para 747 km dos quais Benjamin e seus amigos, gastariam cerca de cento e sessenta e duas horas para percorrer!

Quando narrou essa história, Benjamin parecia ainda sentir o medo e a insegurança daquele dia, lembrou-se que outro haitiano que estava em seu grupo sugeriu que ficassem em Trujillo para irem caminhando aos poucos até encontrarem uma solução. Benjamin não queria, mas não havia mais nada o que fazer.

A opção em ir pelo Peru é escolhida pelos haitianos pelo fato de que mesmo através dos vários empecilhos como prisão, roubo, extorsão, tortura e estupros (CONTINGUIBA, 2016) ainda é considerada menos perigosa do que o caminho pela Bolívia. Mamed (2016) escreveu que é comum que a viagem até chegar à capital de Lima no Peru, dure cerca de 25h à 30h quando realizada por carros fretados, vans

ou ônibus. E há de se levar em consideração que não é incomum que haitianos assim como Benjamin, acabem percorrendo trechos a pé.

Fomos a pé, andamos um dia inteiro até chegar em um lugar em que vimos mais haitianos, nos juntamos com eles e ali mesmo, na beira da estrada, num lugar que tinha terra, colocamos as malas no chão e dormimos. Esperando alguém, um milagre, alguma coisa que a gente sabia que não ia acontecer [...] Naquele dia o milagre podia ser a chuva mesmo né? (risos) era muito sol aí misturava com muita sede que tinha. (BENJAMIN, 2018).

Estar em grupo para Benjamin representava fugir do perigo em um lugar em que o crime com haitianos poderia até ser considerado menor do que na Bolívia, mas ainda existia. Jack, que também realizou o caminho pelo Peru, disse que precisou unir-se com outros haitianos para dar dinheiro aos policiais que haviam parado o ônibus em que estavam e ameaçado denuncia-los como imigrantes ilegais.

Portanto, o medo de ser pego por policiais, é uma das principais causas que faz com que encarem como no caso de Benjamin, rotas alternativas. “Assim, ao chegarem ao Acre, muitos apresentavam problemas de saúde decorrentes da longa viagem e estavam psicologicamente transtornados pela violência sofrida no caminho” (MAMED, 2016b, p.11).

“Como eu te falei né, eu rezava pra Deus mandar um milagre, de certa forma ele mandou”. Benjamin narrou que no dia seguinte em que dormiram na estrada, quando já não acreditavam que conseguiriam sobreviver, encontraram um micro-ônibus lotado de demais imigrantes haitianos, mas que mediante a situação que se encontravam, decidiram enfrentar. Foi assim que Benjamin relatou ter conseguido chegar até a capital do Peru.

Benjamin mencionou os aspectos de sua estadia de quase um mês no Peru entre atravessar o país mediante as situações que iam aparecendo. No caso de Lucas, contou que como dependia das redes clandestinas, permaneceu mais de quarenta dias porque haviam outros trabalhadores haitianos na sua frente para continuar o percurso, ou seja, mais de quarenta dias em situações lastimáveis em que “passar fome era normal”.

Quando perguntei para Lucas sobre a alimentação, sem muitos detalhes sobre o que comia (e se comia), disse que não se lembrava. Evidentemente o silêncio de Lucas, deixou transparecer as dificuldades e entre elas, a falta da comida e o desespero por lutar por sua vida durante a viagem para o Brasil. O silêncio também deve ser compreendido como uma resposta acerca de uma memória que se quer esquecer. (POLLACK, 1989)

A viagem foi um tema problemático de ser mencionado nas narrativas, causava desconforto, intimidação e dúvida, me perguntavam os motivos pelos quais eu gostaria de saber sobre esse assunto. E quando perguntava em seguida diziam “por que você quer saber disso? Eu quero esquecer de como cheguei aqui”, como foi o caso de Wladimyr em que não detalhou especificidades do trajeto, de modo que a narrativa não caracterizasse o processo de transição.

No caso dos trabalhadores mencionados que relataram suas experiências, as entrevistas permitiram uma espécie de confissão. Benjamin, por exemplo, me falou que até o momento da entrevista não havia contado para sua esposa Jenita, tudo que viveu de dificuldades até conseguir chegar ao Brasil.

Escolher narrar para mim tratou-se de um exercício que lhes permitiu relembra aspectos fundamentais de como foram difíceis suas experiências de imigração, mas acima de tudo, porque sabiam que eu não julgaria suas decisões, até porque o pouco que compreendo sobre este assunto é distante do que realmente viveram.

Benjamim, expôs que depois de passar cerca de trinta dias no Peru, ter vivenciado dificuldades sérias como fome, ter andando quilômetros a pé, enfim, ter seu direito de vida violado, “Vou dizer pra você agora, a cena mais linda da minha vida, as duas mais lindas. A primeira foi o nascimento da minha filha. A segunda, foi o dia que eu cheguei em Iñapari e encontrei os taxistas brasileiros esperando”.

## **Do outro lado da fronteira**

“A gente sente muito medo das fronteiras né?” lembrou Benjamin que disse que se sentiu feliz em ver os taxistas brasileiros que os levariam para atravessar a fronteira até chegar na cidade de Assis Brasil no Acre. Por outro lado, disse que sentia medo do que estava por vir. Além da fronteira ultrapassada, esses taxistas eram responsáveis por auxiliar na organização de outro trecho da viagem em que levavam os haitianos para as cidades de Epitaciolândia e Brasileia, onde enfim encontrariam a Delegacia da Polícia Federal.

Depois de relatar tanto sofrimento, cruzar a fronteira, assemelhava-se a luz no fim do túnel. No entanto, os relatos evidenciaram que mesmo após a travessia, houveram desafios tão difíceis quanto os vividos durante a viagem.

A forma como as pessoas são recebidas “do outro lado” corresponde sobre como as fronteiras não são apenas físicas, mas, principalmente moldadas no imaginário popular. Afinal, são as fronteiras que nos fazem separarmos do resto do mundo, principalmente quando a barreira que precisa ser corrompida diz

respeito a imigrantes que vivem em uma situação lastimável como a dos haitianos, venezuelanos, senegaleses, bolivianos.

As fronteiras não correspondem apenas ao momento de travessia entre os lados. Como salientou o historiador camaronês Achille Mbembe<sup>4</sup> a fronteira é sobre “controlar os corpos, mas também o movimento”, e recebe um caráter ainda mais controlador quando se trata de grupos estigmatizados, como é o caso dos imigrantes haitianos.

A fronteira se estabelece principalmente no depois. Na dificuldade, por exemplo, desses trabalhadores conseguirem sobreviver em um país que até então lhes era desconhecido. Ao chegar no Brasil o primeiro passo dos imigrantes haitianos é de imediato buscar resolver a situação jurídica em que se encontram, para que assim possam decidir a cidade em que vão procurar trabalho. Entre as fronteiras mais acessadas por estes imigrantes, está a do Estado do Acre. Segundo Mamed:

No Posto Alfandegário de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, os imigrantes se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia Interoceânica, seguiam até as cidades gêmeas de Epitaciolândia e Brasileia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o acampamento público de acolhida aos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do estado, depois de passarem pela Polícia Federal, eles se dirigiam até o novo endereço do abrigo, localizado na cidade de Rio Branco. (MAMED, 2016, p. 12)

Além disso, existe a possibilidade da fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia na cidade de Tabatinga, Estado do Amazonas, que é menos procurada devido à dificuldade geográfica de se locomover. Há relatos como o de Simon (MINCHOLA, 2015: 360) de haitianos que passaram sete dias dentro de um barco até conseguir chegar ao Brasil por essa fronteira.

Este trajeto, segundo Fernandes e Faria (2017) foi o mais utilizado durante o início do fluxo migratório e tinha como percurso a saída de avião de Porto Príncipe até Santo Domingo. Após alguns dias na capital da República Dominicana, reorganizavam a viagem até o Panamá e de lá iam para Quito. Alguns faziam sem escala, indo diretamente para Lima no Peru. Depois por via terrestre ou fluvial, possuíam quatro opções de escolhas para chegar até o Brasil pela fronteira: Tabatinga

<sup>4</sup> [https://revistaserrrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/?fbclid=IwAR2UMA4\\_1mZ1\\_g\\_HBRDIRTehp2tpSbItFNqy\\_1V576yV4H1gjbJyagapWX4](https://revistaserrrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/?fbclid=IwAR2UMA4_1mZ1_g_HBRDIRTehp2tpSbItFNqy_1V576yV4H1gjbJyagapWX4)

(AM), Assis Brasil (AC), Brasília (AC) ou Eitaciolândia (AC).

No entanto, de 2010 até 2015 foi o Acre o Estado em que mais possibilitou que os haitianos entrassem no Brasil (Mamed, 2016). Devido ao grande fluxo de trabalhadores, o governo acreano se viu obrigado a organizar o acampamento de acolhimento para os imigrantes.

Jack destacou aspectos de sua passagem pelo acampamento que o acolheu:

Terrível né? Ao mesmo tempo que dava uma alegria depois de tudo que a gente viveu até chegar no Brasil, dava um desespero em pensar “será que vivi tudo isso pra viver assim aqui?” mas aí vinha o segundo passo que era tentar se concentrar pra conseguir ter onde dormir, descansar bem pra depois encontrar trabalho. (JACK, 2018)

Assim como Jack narrou, outros trabalhadores disseram que a expectativa de que no Brasil encontrariam menos dificuldades diminuía logo após chegarem ao acampamento no Acre. O que também é relatado em trabalhos como o de pesquisadores que estiveram no acampamento, como Geraldo e Marília Cotinguiba que destacaram:

A noite vimos que a acomodação no local era impossível, dado o número de pessoas e a capacidade do lugar, e por isso, revezavam-se nos poucos colchões e os demais pelos bancos da praça para dormirem, ou (...) esperavam para descansarem durante o dia (CONTIGUIBA, 2016, p. 180).

O relato desses pesquisadores refere-se ao ano de 2012, momento do qual ainda não se tinha noção da quantidade de haitianos que cruzariam a fronteira e procurariam ajuda naquele lugar.

Semelhante a discussão apresentada pelos autores, Benjamin que veio em dezembro de 2012, lembrou que “a primeira noite que fiquei lá, dormi no chão. Abracei minha mochila e pensei: meu Deus, quando vou ter dignidade de novo?” demonstrando que a dificuldade se estendeu para além do cruzamento da fronteira.

Depois de denúncias dos moradores, dos próprios haitianos e pesquisadores, houve movimentação do setor público em que estabeleceu uma parceria com o governo federal e estadual para criar uma nova forma de acolhimento aos imigrantes.

Em abril de 2014, o acampamento da região da fronteira entre Peru e Acre, foi transferido para a capital Rio Branco durante dois meses até que as autoridades reorganizassem um novo lugar. Mas antes que fosse transferido, Jack esteve por lá meses antes e destacou os principais aspectos:

Difícil né? Não tinha como dormir direito. Era sempre muita gente, você virava pro lado e de repente levava um susto, tinha alguém te olhando sabe? (risos). Os banheiros eram insuportáveis de cheiro forte, tinha alguns moradores da cidade que chegavam a cobrar R\$5,00 pra ir no banheiro deles pra gente poder tomar um banho decente. Isso acontecia com água também, a gente quase não tinha. Eu tive coragem de bater palma numa casa e pedir se podiam me dar uma garrafinha de água. Mas o pessoal de modo geral não aguentava mais ouvir falar de haitiano (risos) (JACK, 2018).

Por isso, o auxílio mútuo entre os companheiros que Jack fez durante o trajeto se intensificaram ainda mais no acampamento, visto que, foi uma das formas encontradas por esses trabalhadores para conseguir sobreviver.

Jack disse que tinha ouvido falar que a população local se compadecia dos imigrantes haitianos e cediam-lhes água e comida enquanto esperavam no acampamento. No entanto, Jack me contou que sua experiência havia sido completamente distinta de tal afirmação, identificando novamente aspectos de uma fronteira não apenas física, mas mental.

As experiências narradas por Jack condizem com uma distinção clara do aspecto “cordial” dos brasileiros. Ele me contou que enquanto andava pelas ruas do Acre ouvia gritos sem compreender o que significava, mas quando seus demais amigos haitianos que já sabiam o português traduziam, entendia que estava sendo vítima de xingamentos preconceituosos em relação a sua cor como “macaco”, “preto não gosta de trabalhar”, “haitiano é vagabundo” entre demais ofensas que marcaram a memória de Jack.

Outra experiência semelhante foi a de Mike que narrou que quando no ápice da vontade de beber um copo de água, sem aguentar mais a dificuldade de esperar sua vez numa imensa fila no acampamento, bateu na porta da casa de uma senhora que o recebeu com vassouradas. Mike me contou que naquele momento sentiu muito medo do que estava por vir, porque compreendeu que o acolhimento que imaginava existir no Brasil, não contemplava os imigrantes, pelo menos, os negros advindos de um país periférico para o capitalismo.

Deste modo, por compreender as dificuldades do trajeto e da própria convivência no acampamento principalmente em relação aos brasileiros, além do fato da família que aguardava ansiosamente o auxílio financeiro no Haiti, os haitianos procuram imediatamente formas de conseguir trabalho. Segundo Mamed,

As empresas que mais recrutaram estrangeiros no acampamento acreano foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis e, principalmente, da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina

e Rio Grande do Sul. Até o ano de 2014, os agentes empresariais viajavam até o Acre e organizavam na própria área do acampamento uma estrutura para a triagem da força de trabalho que lhes interessava. Posteriormente, o próprio Estado brasileiro passou a custear o transporte de imigrantes, em ônibus fretados, para algumas cidades do Centro-Sul do país com maior demanda por essa força de trabalho (MAMED, 2015, p. 15)

Em conformidade com o que pontuou a autora, os trabalhadores haitianos dos quais entrevistei que vivem na cidade de Cascavel, localizada na região Oeste do Paraná, relataram duas formas de trabalho principais: o frigorífico da Coopavel e a construção civil. Entre as diversas dificuldades narradas, o principal fator elencado condiz com o medo de perder o trabalho, do qual mesmo que entendam sua precariedade e se sintam constantemente explorados, é o que possibilita com que sobrevivam e consigam mandar dinheiro para suas famílias no Haiti.

Embora não seja o objetivo principal deste artigo discutir as relações de trabalho, o que pude constatar mediante as narrativas é que há uma relação intrínseca entre a saída do Haiti, o trajeto percorrido até chegar ao Brasil e o trabalho que executam na cidade de Cascavel.

Evidenciarei tal afirmação com o exemplo de Lucas. Quando o entrevistei, me contou que em 2016 quando chegou em Cascavel, o único trabalho que conseguiu foi o do frigorífico, esclarece que “eu odiei o frigorífico, sentia muito frio, tremia, ficava doente, mas não podia desistir!”. Lucas tinha se comprometido em no máximo dois anos trazer sua esposa para junto de si, além do fato de que devia para os *raketès* o financiamento de sua viagem, por isso, o trabalho no frigorífico foi a única maneira que conseguiu para realizar seus objetivos.

“Tinha pra mim que tudo que eu vivi não podia ser em vão. Eu ia fazer valer a pena e até hoje estou no frigorífico”, o que Lucas evidencia é o fato de que mesmo em 2018 quando já havia passado dois anos de dificuldades no trabalho, ainda permanecia porque sabia que havia um estereótipo da tipificação de trabalho para imigrantes haitianos e que se saísse do frigorífico, o que estava por vir, poderia ser até mesmo pior do que aquele do qual já havia se acostumado.

Por isso, entendo que em todas as narrativas expostas neste texto, a noção de fronteira, ainda que indiretamente, se faz presente. Afinal, conforme os haitianos destacaram, não se tratava apenas de atravessar os países para chegar até o Brasil. Ainda hoje, 9 anos após os primeiros imigrantes haitianos terem chegado ao Brasil, é perceptível a distinção clara da forma como são tratados pelos brasileiros, ou seja, são vistos como “os outros”. Desta forma, aceita-se que convivam no Brasil, desde que ocupem um espaço que lhes é reservado, que se refere à segregação econômica, política, cultural e

racial.

## **Considerações finais**

Em síntese, busquei neste texto demonstrar elementos presentes em trabalhos de outros pesquisadores que se assemelham à minha pesquisa e os aspectos narrados pelos próprios trabalhadores haitianos.

Além dos fatores mencionados, outros como as características do bairros em que vivem, a construção de uma Associação para defende-los das péssimas condições de trabalho e a estigmatização em relação “ao outro” são fundamentais para compreender o processo da imigração haitiana para o Brasil.

Mediante tantos assuntos, considero que discutir a fronteira para além de uma perspectiva física torna-se primordial, pois, mesmo que se dediquem ao trabalho, que juridicamente sejam reconhecidos, ainda assim, são tratados enquanto “os outros”, como se a linha tênue entre o imigrante (e aqui é importante salientar a questão racial) negro e pobre não pudesse ser corrompida.

Desta forma, podemos compreender que os séculos de escravidão no Brasil auxiliaram a constituir um pensamento segregacionista em relação à população negra e que ainda hoje compõe a realidade, principalmente quando se trata de imigrantes.

## **Referências**

### **Entrevistas**

1) Benjamin, tinha 34 anos quando o entrevistei e estava trabalhando na construção civil na cidade de Cascavel. No Haiti também trabalhava na construção civil. Foi entrevistado em Julho de 2018.

2) Jack tinha 27 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava no frigorífico da Copavel. No Haiti trabalhava no comércio. Foi entrevistado em agosto de 2018.

3) Jean tinha 25 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava de repositor no Atacadão Liderança. No Haiti trabalhava na agricultura com sua família, trabalhou na Argentina de garçom. Foi entrevistado em junho de 2016.

4) Lucas tinha 48 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava no frigorífico da Copavel. No Haiti trabalhava na agricultura. Foi entrevistado em agosto de 2018

5) Mike tinha 22 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava no frigorífico

da Copavel. No Haiti trabalhava na linha de produção da Codevi (indústria têxtil). Foi entrevistado em agosto de 2018.

6) Wladimyr tinha 35 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava no frigorífico da Copavel. No Haiti trabalhava de professor de matemática em escolas públicas. Foi entrevistado em julho de 2018.

### Referências Bibliográficas

BORTOLOTO, Claudimara C. *Migração e Trabalho na contemporaneidade: os haitianos no Oeste do Paraná*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2019.

CALEGARI, Jorge O. *Codemò: escravos sem grilhões: vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe*. *Dissertação de Mestrado*- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

COGGIOLA, Osvaldo: Haiti: terremoto, colonização e resistência. In: *O olho da História*, n.14, Salvador, junho de 2010.

COTINGUIBA, Marília; COTINGUIBA, Geraldo. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transacional no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney; ASSIS, Gláucia; CASTRO, Maria da Consolação; COTINGUIBA, Marília (orgs). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

FARIA, Andressa Virgínia. A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012). *Dissertação de Mestrado* – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Geografia- Tratamento da Informação Espacial. Belo Horizonte, BH: 2012.

FERNANDES, Duval. FARIA, Andressa. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. In: *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2017.

MAMED, Letícia. Trabalho, imigração e modernização dependente no Brasil: o recrutamento de haitianos pela agroindústria da carne. In: ANAIS DO XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABET, São Paulo: 15 a 18 de setembro, 2015.

MAMED, Letícia. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. In: *Ruris*. Volume 10. Número 1. P.73-111, Março, 2016.

MARTINS, José Renato; SOUZA, Maria Adélia; ARAUJO, Danielle Michelle; ZOMICLANI JUNIOR, James. *Diáspora haitiana: da utopia à realidade*. Foz do Igua-

çu- PR: Gráfica Grapel, 2014.

MINCHOLA, Luís Augusto B. Salaamaalekun Brasil: o fluxo migratório senegalês e sua acolhida. In: REDIN, Giuliana (org) *Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas*. Curitiba: Juruá, 2015.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEGUY, Franck. *A catástrofe de janeiro de 2010, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2014.

SILVA, Sidney Antonio. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? In: *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Ano XXIII, n.44, p.119-134, jan/jun. 2015.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas/FAPESP n°44, vol. 22, 2002

*Artigo recebido em 13/09/2019, aprovado em 07/11/2019.*